



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569785 - MG (2020/0077351-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MATHEUS PEREIRA LIMA
ADVOGADO : MATHEUS PEREIRA LIMA - MG113816
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANTONIO DOS REIS NEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

ANTONIO DOS REIS NEVES alega sofrer coação ilegal ante decisão liminar proferida por Desembargador do Tribunal *a quo*.

O paciente está preso preventivamente, desde 23/3/2020, **por subtração de quarenta mil reais**, de malote do Supermercado Pingo Doce. Para a defesa, a interpretação de imagens de câmeras pelos investigadores é equivocada, pois o suspeito não participou do crime. Ademais, considera que, no caso concreto, o Juiz não justificou o *periculum libertatis*.

Assinala: "O Requerente é primário, portador de bons antecedentes, civilmente identificado e possui residência" fixa e família constituída. Ademais, os "fatos se deram no fim do ano de 2019 e só agora a autoridade policial houve por bem representar pela prisão preventiva do Paciente"; "Ora, se o Paciente representasse algum risco a sociedade (ordem pública), a mesma já teria sido exposta" (fl. 12).

Requer a expedição de alvará de soltura.

Decido.

Não compete a este Superior Tribunal, a teor do art. 105 da CF, conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão liminar de Desembargador.

Permite-se a superação da Súmula n. 691 do STF somente em casos

excepcionais, quando, sob a perspectiva da jurisprudência deste Superior Tribunal, num exame superficial, a ilegalidade do ato apontado como coator é inquestionável e cognoscível de plano, inegável para ser corrigida até o julgamento de mérito da impetração originária, o que diviso na hipótese sob exame.

Essa é a regra, mas ante a crise mundial do coronavírus e, especialmente, a iminente gravidade do quadro nacional, intervenções e atitudes mais ousadas são demandadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário.

Assim, na atual situação, salvo necessidade inarredável da prisão preventiva - mormente casos de crimes cometidos com particular violência -, a envolver acusado/investigado de acentuada periculosidade ou que se comporte de modo a, claramente, denotar risco de fuga ou de destruição de provas e/ou ameaça a testemunhas, o óbice da Súmula n. 691 do STF deva ser flexibilizado em maior grau, quando a concessão da ordem seria provável no mérito.

Ainda que o recomendável seja o prestígio às competências constitucionais, deve-se fortalecer sobremaneira o princípio da não culpabilidade, com o propósito de não agravar ainda mais a precariedade do sistema penitenciário e evitar o alastramento da doença nas prisões. A custódia *ante tempus* é, mais do que nunca, o último recurso a ser utilizado neste momento de adversidade, com notícia de suspensão de visitas e isolamentos de internos e de iminentes conflitos nos presídios. Esse pensamento, aliás, está em conformidade com a recente Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

In casu, no relatório circunstanciado da investigação, consta que, em 30/12/2019, autores não identificados, em uma motocicleta, anunciaram assalto e subtraíram malote com 40 mil reais, **que era transportando pelo paciente e por Liliam, funcionários da empresa ofendida**. Os policiais, após diversas diligências, concluíram que o roubo foi encenado pelos envolvidos, que não eram vítimas do delito patrimonial, mas seus supostos agentes.

O decreto de prisão preventiva indica indícios razoáveis de autoria do crime de **furto qualificado**, ao assinalar que "o relatório da investigação n. 01/2020

constatou que o garupeiro da motocicleta era Anderson Santos do Carmo, além de relatar a forma como os representados Anderson, Luana, Henrique, Antônio e Liliam atuaram na empreitada criminosa" (fl. 188).

Em relação ao *periculum libertatis*, consta do ato judicial (fl. 190):

[...] a decretação da prisão preventiva se mostra possível ante o teor do art. 313, I, do CPP, uma vez que o crime de **furto qualificado** prevê pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

Portanto, a gravidade concreta do delito, evidentemente, coloca em risco a ordem pública, a qual precisa ser assegurada pela prisão preventiva.

Nesse diapasão, eventuais primariedade, bons antecedentes, residência e trabalho fixos não elidem a possibilidade e a necessidade de prisão preventiva, quando verificada a gravidade concreta do delito, como é o caso dos presentes autos.

Ora, consoante a jurisprudência pacífica desta Corte, a prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP).

Além disso, a decisão judicial precisa apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a **fatos novos ou contemporâneos**, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Deve ficar concretamente evidenciado, na forma do art. 282, § 6º do CPP, que, **presentes os motivos que autorizam a segregação provisória, não é suficiente e adequada a sua substituição por outra(s) medida(s) cautelar(es) menos invasivas à liberdade.**

O *writ* comporta pronta solução, **pois o Juiz de primeira instância, embora tenha aludido à gravidade concreta do delito, o fez de forma genérica**, sem apontar dados dos autos, relacionado ao *modus operandi* da subtração, que evidenciassem a periculosidade acentuada do agente e a necessidade inarredável de sua segregação quase quatro meses depois dos fatos tidos como delituosos. Não é

possível compreender o raciocínio do Magistrado sobre o risco de novas práticas delitivas.

O impetrante indica que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, possui domicílio fixo e família constituída. Ele foi dispensado sem justa causa do supermercado, logo após o crime. Os fatos se deram em dezembro de 2019 e, depois disso, não registra nenhum outro envolvimento delitivo. O delito será objeto de elucidação e, uma vez confirmado, ensejará a responsabilização penal de seus autores. Entretanto, o paciente faz jus ao direito de aguardar em liberdade o término das investigações, pois **não está motivado adequadamente, com lastro em dados contemporâneos, o risco que sua liberdade representa para a ordem pública.**

À vista do exposto, supero a Súmula n. 691 do STJ e concedo o habeas corpus, *in limine*, para tornar sem efeito o decreto de prisão preventiva, sem prejuízo de nova determinação da cautela, se concretamente demonstrada sua necessidade com lastro em dados novos ou contemporâneos.

Com fulcro no art. 580 do CPP, estendo os efeitos dessa decisão aos demais investigados em idêntica situação fática e processual do paciente, que porventura permaneçam segregados com lastro no ato judicial não fundamentado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator